

A democracia não será alcançada por meio de concessões e do medo | Carta semanal 24 (2024)



Aisha Khalid e Imran Qureshi (Paquistão), *Two Wings to Fly, Not One (Duas Asas para Voar, Não Uma)*, 2017.

Queridas amigas e amigos,

Saudações do **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**.

Metade da população mundial terá a oportunidade de votar até o final deste ano, já que 64 países e a União Europeia estão programados para abrir suas urnas. Nenhum ano foi tão cheio de eleições. Entre esses países está a Índia, onde um número impressionante de 969 milhões de cédulas de votação teve de ser impressa antes das eleições, que se encerraram em 1º de junho. No final, 642 milhões de pessoas (cerca de dois terços dos elegíveis) votaram, metade delas mulheres. Essa é a maior participação de mulheres eleitoras em uma única eleição no mundo.

Enquanto isso, os 27 Estados-membros da União Europeia realizaram eleições para o Parlamento Europeu, o que significou que 373 milhões de eleitores qualificados tiveram a oportunidade de votar nos 720 membros que compõem o órgão legislativo. Acrescente os eleitores regularizados nos Estados Unidos (161 milhões), Indonésia (204 milhões), Paquistão (129 milhões), Bangladesh (120 milhões), México (98 milhões) e África do Sul (42 milhões) e é possível entender por que 2024 parece ser o Ano das Eleições.



Alfredo Ramos Martínez (México), *Vendedora de Alcatraces* [Vendedora de copos de leite, 1929].

Nas últimas semanas, três eleições particularmente importantes foram realizadas na Índia, no México e na África do Sul. A Índia e a África do Sul são os principais participantes do grupo **BRICS**, que está traçando

um caminho para uma **ordem mundial** que não seja dominada pelos EUA. A natureza das coalizões de governo que chegarem ao poder nesses países terá um impacto sobre o grupo e certamente moldará a **Cúpula do BRICS** a ser realizada em Kazan (Rússia) no final de outubro. Embora o México não seja membro do BRICS e não tenha se candidatado para entrar durante a **expansão** no ano passado, o país procurou se livrar das pressões dos Estados Unidos (a maioria dos mexicanos conhece a declaração “Pobre México: tão longe de Deus, tão perto dos Estados Unidos”, feita por Porfirio Díaz, presidente do país de 1884 a 1911). A recente aversão do governo mexicano à interferência dos EUA na América Latina e à estrutura neoliberal geral de comércio e desenvolvimento levou o país a um diálogo mais profundo com projetos alternativos, como o BRICS.

Enquanto os resultados na Índia e na África do Sul mostraram que os eleitorados estão profundamente divididos, os eleitores mexicanos ficaram com o Movimento de Regeneração Nacional (Morena), de centro-esquerda, elegendo Claudia Sheinbaum como a primeira mulher presidente na história do país em 2 de junho. Sheinbaum assumirá o lugar de Andrés Manuel López Obrador (AMLO), que deixa a presidência com um notável índice **de aprovação** de 80%. Como prefeita da Cidade do México de 2018 a 2023 e uma aliada próxima de AMLO, Sheinbaum seguiu os princípios gerais estabelecidos no projeto Quarta Transformação (4T) definido por AMLO em 2018. Esse projeto 4T do “**Humanismo mexicano**” segue três períodos importantes da história do México: independência (1810-1821), reforma (1858-1861) e revolução (1910-1917). Embora AMLO tenha falado com frequência sobre esse 4T como um avanço na história do México, ele é, na verdade, um retorno às promessas da Revolução Mexicana com seu apelo para **nacionalizar** recursos (incluindo o lítio), aumentar os salários, expandir os programas de emprego do governo e revitalizar o bem-estar social. Um dos motivos pelos quais Sheinbaum triunfou sobre os outros candidatos foi sua **promessa** de continuar a **agenda 4T** que tem suas raízes menos no populismo (como a imprensa burguesa gosta de dizer) e mais em um humanismo assistencialista genuíno.

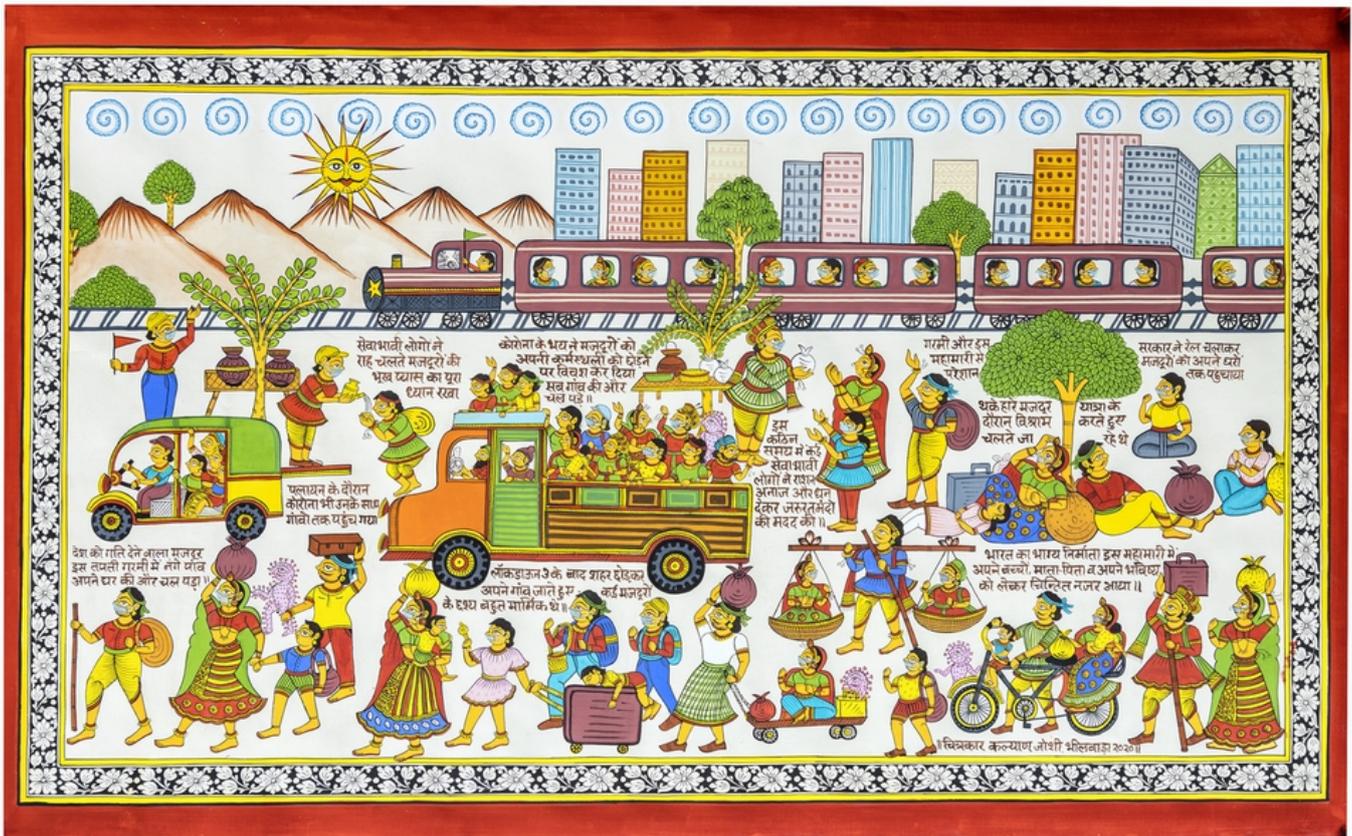


George Pemba (África do Sul), *Township Games*, 1973.

Em maio deste ano, 30 anos após o fim do *apartheid*, a África do Sul realizou sua sétima eleição geral da era *pós-apartheid*, produzindo resultados que contrastam fortemente com os do México. A aliança tripartite governista – composta pelo Congresso Nacional Africano (ANC), pelo Partido Comunista Sul-Africano e pelo Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos – sofreu um enorme desgaste em sua participação eleitoral, garantindo apenas 40,18% dos votos (42 assentos a menos do que a maioria), em comparação aos 59,50% e uma maioria confortável na Assembleia Nacional em 2019. O que é impressionante na eleição não é apenas o declínio na participação eleitoral da aliança, mas a rápida diminuição no comparecimento dos eleitores. Desde 1999, cada vez menos eleitores têm se dado ao trabalho de votar e, desta vez, apenas 58% dos eleitores compareceram às urnas (contra 86% em 1994). Isso **significa** que a aliança tripartite obteve os votos de apenas 15,5% dos eleitores, enquanto seus rivais tiveram porcentagens ainda menores. Não se trata apenas de a população sul-africana – como a de outros lugares – estar farta deste ou daquele partido político, mas de estar cada vez mais desiludida com seu processo eleitoral e com o papel dos políticos na sociedade.

Uma avaliação sóbria dos resultados das eleições na África do Sul mostra que as duas forças políticas que romperam com o CNA – o uMkhonto we Sizwe (MK) de Jacob Zuma e o Economic Freedom Fighters (Combatentes da Liberdade Econômica) de Julius Malema – obtiveram juntas 64,28% dos votos, superando a parcela de votos que a aliança governista obteve em 1994. A agenda geral prometida por essas três forças permanece intacta (acabar com a pobreza, desapropriar terras, nacionalizar bancos e minas e expandir o bem-estar social), embora as estratégias que elas gostariam de seguir sejam muito diferentes, uma divisão

promovida por suas rivalidades pessoais. No final, um amplo governo de coalizão será formado na África do Sul, mas não se sabe se ele será capaz de definir até mesmo uma política social-democrata, como no México. O declínio geral da crença da população no sistema representa uma falta de fé em qualquer projeto político. As promessas, se não forem cumpridas, podem se tornar obsoletas.

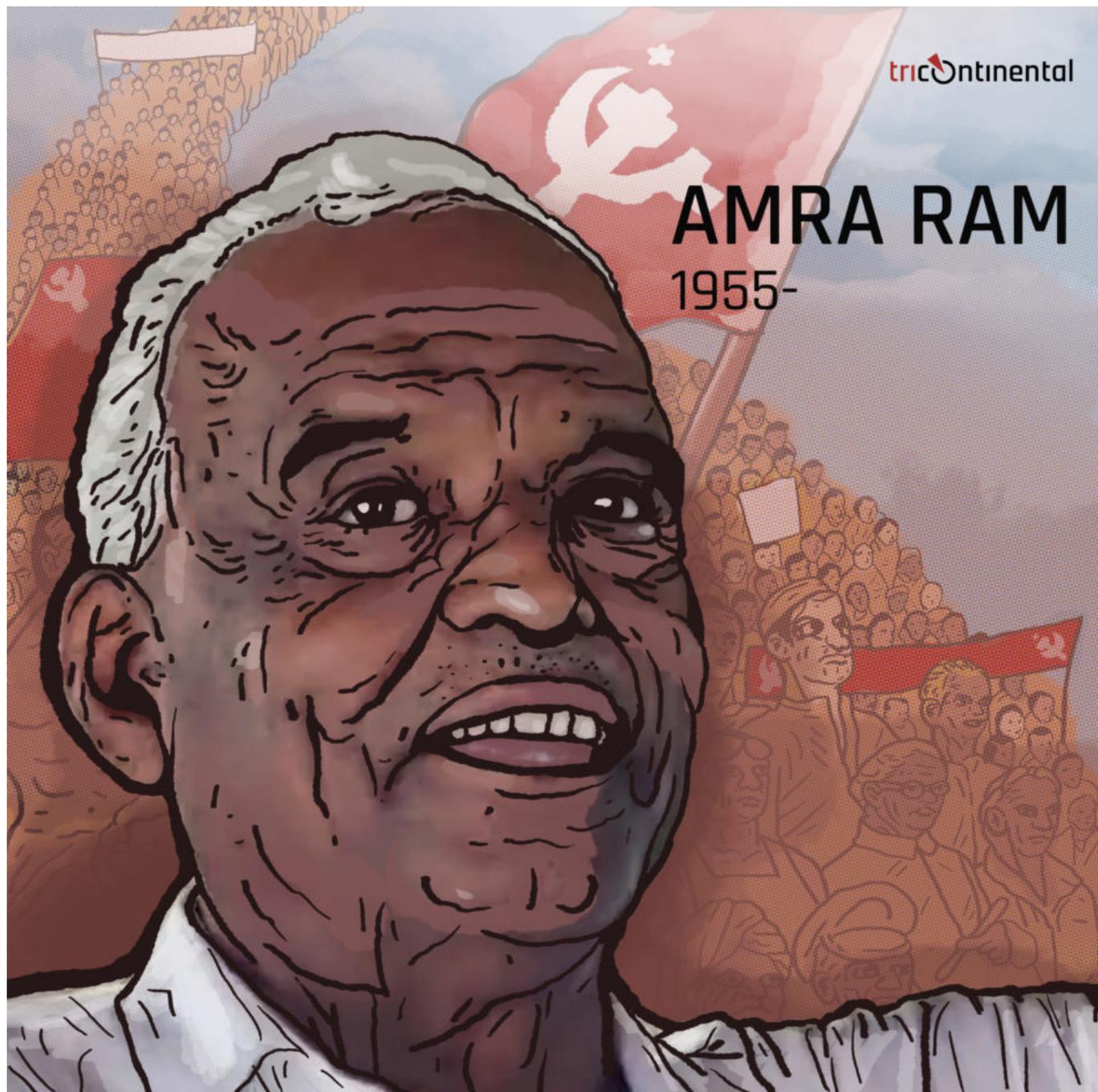


Kalyan Joshi (Índia), *Migração em tempos de Covid*, 2020.

No período que antecedeu a eleição na Índia, realizada em seis semanas, de 19 de abril a 1º de junho, o atual primeiro-ministro Narendra Modi, do Partido Bharatiya Janata (BJP), de extrema direita, disse que seu partido sozinho conquistaria 370 assentos no parlamento de 543 lugares. No final, o BJP só conseguiu reunir 240 assentos – 63 a menos em comparação com as eleições de 2019 – e sua Aliança Democrática Nacional ganhou um total de 293 (acima do limite de 272 necessário para formar um governo). Modi retornará para um terceiro mandato como primeiro-ministro, mas mais enfraquecido. Ele só conseguiu manter sua própria cadeira por 150 mil votos, uma redução significativa em relação à margem de 450 mil votos em 2019, enquanto 15 membros titulares de seu gabinete perderam suas cadeiras. Nenhuma quantidade de discurso de ódio contra muçulmanos ou o uso de agências governamentais para silenciar os partidos de oposição e a mídia foi capaz de aumentar o domínio da extrema direita no poder.

Uma **pesquisa** constatou que o desemprego e a inflação eram as questões mais importantes para dois terços dos entrevistados, que dizem que está cada vez mais difícil encontrar emprego para os moradores da cidade. Quarenta por cento dos 1,4 bilhão de habitantes da Índia têm menos de 25 anos de idade, e um **estudo** do Centre for Monitoring Indian Economy mostrou que os jovens indianos entre 15 e 24 anos estão

“enfrentando um duplo golpe de baixas taxas de participação no mercado de trabalho e taxas de desemprego surpreendentemente altas”. O desemprego entre os jovens é de 45,4%, seis vezes maior do que a taxa de desemprego geral de 7,5%.



Os jovens da classe trabalhadora e dos camponeses da Índia permanecem em casa, com a sensibilidade de toda a família moldada por seus dilemas. O desespero com a vida cotidiana agora corroeu o mito de que Modi é infalível. Modi retornará como primeiro-ministro, mas as realidades de seu mandato serão definidas em parte pelas queixas de dezenas de milhões de indianos empobrecidos, articuladas por meio de uma força de oposição dinâmica que encontrará líderes entre os movimentos de massa. Entre eles estarão agricultores e camponeses, como Amra Ram, líder do Partido Comunista da Índia (Marxista) e do All India Kisan Sabha [União de Agricultores de Toda a Índia), que obteve uma vitória decisiva em Sikar, um epicentro do **movimento dos**

agricultores. Sachidanandam, líder do All India Kisan Sabha e do Partido Comunista da Índia (Marxista) de Dindigul (Tamil Nadu), e Raja Ram Kushwaha, líder do Partido Comunista da Índia (marxista-leninista) Libertação de Karakat (Bihar) e convocador do Comitê de Coordenação do All-India Kisan Sangharsh [Luta dos Agricultores de Toda a Índia], uma aliança camponesa que inclui 250 organizações, estarão ao seu lado no parlamento. Os agricultores agora estão representados no parlamento.

Nitheesh Narayanan, do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, **escreve** que, embora a esquerda não tenha enviado um grande contingente ao parlamento, ela desempenhou um papel importante nessa eleição. Para ele, Amra Ram “entra no parlamento como representante do poder camponês que deu o primeiro golpe na infalibilidade inquestionável do BJP no norte da Índia. Sua presença se torna uma garantia da democracia da Índia nas ruas”.



Heri Dono (Indonésia), *Resistance to The Power of Persecution* [Resistência ao poder de perseguição], 2021.

A ideia de “democracia” não começa e termina nas urnas. As eleições – como na Índia e nos Estados Unidos – tornaram-se grotescamente caras. A eleição deste ano na Índia **custou** 16 bilhões, a maior parte gasta pelo BJP e seus aliados. O dinheiro, o poder e a corrosividade do diálogo político corromperam o espírito democrático.

A busca pelo espírito democrático é, no mínimo, tão antiga quanto a própria democracia. Em 1949, o poeta

comunista Langston Hughes, expressou esse anseio em seu pequeno poema “Democracy” [Democracia], que se referia à negação do direito ao voto e fala agora da necessidade de uma consideração muito mais profunda do que a democracia deve significar em nossos tempos – algo que não pode ser comprado por dinheiro ou intimidado pelo poder.

A democracia não virá
Hoje, este ano,
Nem nunca
Por meio do compromisso e do medo.

Tenho tanto direito quanto
Como o outro tem
Para ficar de pé
Em meus dois pés
E possuir a terra.

Estou muito cansado de ouvir as pessoas dizerem,
Deixe as coisas seguirem seu curso.
Amanhã é outro dia.
Não preciso de minha liberdade quando estiver morto.
Não posso viver com o pão de amanhã.

Liberdade
É uma semente forte
Plantada
Em uma grande necessidade.
Ouça, América...
Eu também moro aqui.
Eu quero liberdade
Assim como você.

Cordialmente,
Vijay.